



TECNOLOGIAS DIGITAIS E AS PESQUISAS EM HISTÓRIA INDÍGENA EM CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

Tecnologías digitales e investigación en la Historia Indígena en el contexto de la pandemia del Covid-19

Digital technologies and research in Indigenous History in the context of the Covid-19 pandemic

Jéssica Lícia da Assumpção¹
Nathan Marcos Buba²
Kerollainy Rosa Schütz³

Resumo: Esse artigo tem como objetivo compartilhar experiências e estratégias utilizadas durante a pandemia da Covid-19 para o desenvolvimento das nossas pesquisas sobre a história indígena em nível de pós-graduação. A problemática desse estudo está nas adaptações que tivemos que fazer ao incluir as tecnologias digitais como metodologias auxiliares em nossas investigações diante do isolamento social e do modelo de ensino remoto. Portanto, serão apresentados relatos de três pesquisas, uma de mestrado e duas de doutorado, envolvendo os temas: educação, história e a religiosidade Guarani e Kaingang de Santa Catarina e o ensino de história indígena dentro da formação de professores de História (Profhistória) e no qual se fez importante o uso das ferramentas tecnológicas para se concretizarem.

Palavras-chave: Tecnologias digitais. Pesquisa histórica. História Indígena. Covid-19.

Resumen: Este artículo pretende compartir experiencias y estrategias utilizadas durante la pandemia de Covid-19 para desarrollar nuestra investigación en historia indígena a nivel de postgrado. La problemática de este estudio radica en las adaptaciones que tuvimos que hacer al incluir las tecnologías digitales como metodologías auxiliares en nuestra investigación ante el aislamiento social y el modelo de enseñanza a distancia. Por lo tanto, presentaremos informes sobre tres proyectos de investigación, uno de maestría y dos de doctorado, que involucran los siguientes temas: educación, historia y religiosidad guaraní y kaingang de

¹ Doutoranda em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: jessica_licia@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6749985709374284>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2388-6129>

² Doutorando em História. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: nathanmarcosbuba19@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7761455953749798>. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0008-2208-0829>

³ Doutora em História. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: hstkeroll@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4944182965252434>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7018-5210>

Santa Catarina y la enseñanza de la historia indígena dentro de la formación de profesores de historia (Profhistória), en los que fue importante utilizar herramientas tecnológicas para hacerlos realidad.

Palabras clave: Tecnologías digitales. Investigación histórica. Historia indígena. Covid-19.

Abstract: This article aims to share experiences and strategies used during the Covid-19 pandemic to develop our research into indigenous history at postgraduate level. The problem of this study lies in the adaptations we had to make when including digital technologies as auxiliary methodologies in our research in the face of social isolation and the remote teaching model. We will therefore present reports on three research projects, one for a master's degree and two for a doctorate, involving the following themes: education, history and the Guarani and Kaingang religiosity of Santa Catarina and the teaching of indigenous history within history teacher training (Profhistória), in which it was important to use technological tools to make them a reality.

Keywords: Digital technologies. Historical research. Indigenous History. Covid-19.

Introdução

A história do Brasil começa muito antes da invasão europeia, conforme Manuela Carneiro Cunha estima-se que a história indígena iniciou há mais de 12 mil anos no continente americano, tais dados ainda trazem convergências sobre uma datação precisa (1992, p.9). Sendo assim, ainda existem algumas lacunas a serem preenchidas, o que requer um conhecimento mais amplo para se pensar as diversidades culturais, históricas, linguísticas, territoriais e ritualística de cada povo ancestral e seus aspectos étnicos.

O processo colonial no Brasil foi marcado pelo “encontro” e “desencontro” da sociedade do ‘novo mundo’ e do mundo antigo, o que acarretou numa série de questões como mortandade resultante da redução da população indígena que chegava na casa de milhões em 1500 e foram reduzidas ao longo dos séculos⁴. As causas desse processo demográfico correspondem a relação da falta de imunidade da população indígena que foram expostas às doenças, para eles até então desconhecidas e as políticas de extermínio (CUNHA, 1992). Portanto, Kayapó apresenta que:

⁴ Nos dias atuais são estimados 1.693.593 indígenas, conforme o levantamento do Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Acesso ao link: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas> em 29 de out. de 2023.

a problemática indígena no Brasil teve início com a chegada dos portugueses em 1500 e a sucessiva política de destruição das tradicionais formas de organização dos povos originários, representadas pela expropriação dos territórios originários e a imposição de novas regras para o funcionamento da regra comunitária. O resultado foi o extermínio de centenas de povos, línguas e conhecimentos milenares, em nome da salvação, da civilização e da unidade nacional (2021, p. 40)

O processo colonial marcou o desaparecimento de muitas formas culturais e gera até os dias de hoje, tentativas de invisibilização, negação e discriminação dos povos indígenas. A história “oficial” marcada sobre a influência eurocentrada dos fatos, chegou nas políticas educacionais, nas escolas e nos currículos, fazendo com que o silêncio e os processos de ensino aprendizado tanto dos povos indígenas, como dos não indígenas acompanhasse essas tentativas de apagamento. Com os movimentos de luta dos povos indígenas e a declaração de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, ocorreu uma crescente tendência de identificação das pluralidades étnicas, educacionais e sociolinguísticas. Esse fenômeno estava no sentido oposto da soberania nacional da história institucionalizada que vigorou durante anos no cenário brasileiro. Entretanto, mesmo com esses avanços, ainda existem barreiras a serem transpostas e a necessidade de efetivação das políticas no campo educacional.

A partir da década de 1990 houve o crescimento significativo no número de dissertações e teses sobre história indígena no Brasil, assim como aplicação das linhas de pesquisas, núcleos e laboratórios dentro das universidades brasileiras para tratar sobre a pesquisa dos povos indígenas. Entre muitos pesquisadores que vêm a contribuir para os múltiplos significados estão Manuela Carneiro e Eduardo Viveiros de Castro. (CAVALCANTE, 2011, p. 355). A etno-história nos ajuda no aprofundamento da história, das categorias de tempo e historicidades que são diferentes entre os indígenas e os não indígenas.

A relação se estende para o conceito da “etno-história” no qual é atribuído às formas de compreensão e forma de etnociência dentro da área acadêmica, que trabalhamos em nossas pesquisas e vão tratar de forma ampla e específica de determinados povos. Podemos ver que: “desde que os historiadores sepultaram os pressupostos da escola histórica ou metódica, é praticamente unânime entre as várias correntes da historiografia a ideia de que o pesquisador exerce papel ativo e, portanto, subjetivo na produção do conhecimento histórico. (CAVALCANTE, 2011, p. 358).

Portanto, o pesquisador ao exercer esse papel ativo dentro da produção do conhecimento histórico tem que ter a consciência da intencionalidade da sua escrita e sua relevância. Ao ter contato com os povos indígenas percebemos que as pesquisas têm significâncias para as comunidades indígenas. Por isso, temos que nos desconstruir e ouvir as histórias, os conhecimentos e as sabedorias daqueles que nos tem muito a nos ensinar. Suas vozes não podem ser silenciadas pelo sistema no qual vivemos, que é reflexo da colonialidade/ modernidade. Segundo Aníbal Quijano, a modernidade é marcada pela colonialidade do poder, constituída a partir das relações de poder engendradas no período colonial, e que perpassa, desde então, as relações raciais. O atual momento em que vivemos, a modernidade, é permeada pela atualização de mecanismos de poder coloniais e, conseqüentemente, eurocentrados. Nesse sentido, os saberes são fundamentais para a desconstrução dessa coloniidade (QUIJANO, 2005).

O processo de escrita da pesquisa requer a nossa sensibilidade como pesquisador, o que nos leva a trabalhar de forma integrada com os povos indígenas, num processo de interculturalidade crítica. Mas temos que considerar também que a pesquisa é feita de percalços, pois até dentro do espaço acadêmico encontramos contextos nos quais temos que partir do olhar acadêmico e padronizado.

Ao tratar da constituição da história tanto no processo cultural, religioso, ritualístico e educacional temos como base o método interdisciplinar: da história, antropologia, arqueologia, linguística, por exemplo. Isso fornece uma infinidade de análises a serem consideradas e que vão além das fontes documentais.

Dentro dessa perspectiva de compreensão da história indígena ainda destacamos o papel sobre a Lei 11.645/2008⁵, que marca um avanço tanto para estabelecer o protagonismo dos povos indígenas dentro da escola como nos cursos de formação de professores. Segundo Kayapó (2021, p. 39.): “é preciso uma revisão do Ensino de História, no sentido de auxiliar na visibilidade desses povos, as contradições sociais e conflitos inconciliáveis entre os projetos destes com o Estado e com a sociedade brasileira”. É nesse sentido que nossas pesquisas vêm sendo estruturadas, nesse movimento de construção da temática da história indígena que garanta que os saberes ancestrais e culturais possam chegar dentro da universidade e fora dela.

⁵ A lei é a modificação da lei 10.639/03 e que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tornando obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, no ensino fundamental e médio nas redes públicas e privadas. Acesso as informações no dia 30 de jul. de 2023, link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

No início de 2020 nos deparamos com uma crise sanitária e humanitária causadas pela Covid-19, no qual foram necessárias transformações na forma de viver, impactando também a área educacional. O coronavírus é um tipo de vírus comum em algumas espécies de animais, mas ao contaminar seres humanos podem causar sérios problemas de saúde. No caso da Covid-19, como foi chamado o vírus SARS-COV-2 identificado pela primeira vez na cidade de Wuhan, na China, em 2019, tornou-se altamente contagioso, com uma série de sintomas e infecções respiratórias, levando em determinados casos a problemas pulmonares e a morte. Rapidamente o vírus SARS-COV-2 se espalhou por várias localidades do mundo.⁶

Desde janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência pública a nível global a fim de evitar a propagação do vírus e evidenciou a necessidade de isolamento social para evitar o número de contaminados. Ações essas que tiveram diferentes nuances a partir dos governos nos quais instituíram medidas de segurança para as suas populações. Podemos acompanhar diariamente as medidas sanitárias e assistenciais sociais e o desempenho dos profissionais da saúde em salvar vidas, mas que ao mesmo tempo ficaram expostos a contaminação. Diante disso, o isolamento social levou a transformações do modo de viver, trabalhar e estudar (CRUZ, *et al*, 2020). Os resultados desse período trouxeram o déficit educacional, desigualdade social, alerta para a saúde pública, crise financeira nos quais levaram anos para conseguir se recompor.

No Brasil, segundo os dados do Ministério da Saúde datado em 22 de julho de 2023, foram notificados 37.717.062 casos e 704.659 óbitos, chegando a taxa de mortalidade de 5,14 (100 mil/hab.).⁷ Tais números representam três anos desde que o vírus foi identificado.

Referente a educação podemos acompanhar escolas sendo fechadas, sendo usado como alternativa para o contexto, o ensino remoto, à distância, consistindo em uma medida de proteção para estudantes, suas famílias e funcionários das escolas. Entre as reflexões desse período, ficou evidente a desigualdade social, que trouxe uma barreira entre aqueles que podiam ter acesso à internet, computadores, celulares e aqueles que não tinham. Isso se refletiu em várias regiões do Brasil, sendo acentuadas em cidades com maior índice de desigualdade social. Outra questão importante a ser levantada, é a falta de tempo e despreparo dos professores para a nova realidade, pois da sala de aula presencial, foram para telas dos

⁶ Ver mais em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus>. Acesso em 29 de jul. de 2023.

⁷ Ver os gráficos e informações no site: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em 29 de jul. de 2023.

computadores, configurando assim uma nova dinâmica escolar e a necessidade de adaptações dos materiais escolares. (CARVALHO; MORAIS; BRITO, 2020)

Tais questões também podem ser percebidas em menor proporção dentro do ensino superior, pois uma parcela dos estudantes também apresentava dificuldades diversas de acesso a tecnologias digitais ou até mesmo na qualidade da internet para assistir e realizar os trabalhos acadêmicos. As instituições de ensino superior tiveram que se adaptar com a impossibilidade de aulas presenciais, construindo e elaborando ações internas para permanecer em funcionamento com as aulas remotas e acompanhamento online dos estudantes. Sem as aulas presenciais, muito foi perdido, levando em conta que a interação entre os acadêmicos é um aspecto importante para a sua formação. Bem como, muitas funções de laboratórios e grupos de pesquisa não puderam desempenhar todas as suas atividades, já que o modo remoto não consegue abarcar todas as dinâmicas de pesquisa. Também, houve prejuízos em muitos cursos que em suas disciplinas contêm saídas de campo em suas disciplinas obrigatórias, como por exemplo, geologia e oceanografia.

O desenvolvimento das tecnologias digitais vem sendo presente nos diversos setores da vida na sociedade do século XXI, e não seria diferente no campo da educação, que cada vez mais vem dialogando sobre o uso pedagógico das tecnologias e a relação de ensino-aprendizagem. Todavia, tudo isso se intensificou a partir do cenário provocado pela Covid-19, que trouxe o ensino remoto mediado por tecnologias e estruturação dos aparatos tecnológicos como notebooks, tablets e celulares e necessidade da formação continuada para garantir as condições de trabalho diante dessas mudanças. (FREITAS; PEREIRA, 2021)

Os impactos causados referente a Covid-19 nas políticas e ações das Universidades em todo Brasil provocaram série de interrupções e a adaptações em grande parte das instituições de ensino superior e das pró-reitorias de pesquisas e pós-graduação. Diante de uma situação adversa, planejamentos, testes e medidas com a utilização das tecnologias digitais, tivemos que nos reinventar dentro das nossas temáticas de pesquisa. A impossibilidade de estar presente, dialogar, observar e estar em ambientes nos quais nossas pesquisas se faziam necessárias, criou apreensão num primeiro momento. O que fazer diante do isolamento social, com impossibilidade de pesquisa de campo, acesso à biblioteca física da universidade? E no caso das duas pesquisas com os povos indígenas, sem acesso ao cotidiano e as narrativas orais dos sábios que são de grande importância para construção de conhecimento?

Na perspectiva da pós-graduação, no qual estávamos inseridos, além do impacto das aulas, tivemos que ter novas formas de encaminhamentos em nossas pesquisas, compreender qual seria a melhor forma de dar procedimento a investigação histórica à distância, algo que gerou angústias e ansiedades, mas que também abriu novos horizontes de oportunidade para se pensar as metodologias a serem trabalhadas. Os nossos temas de pesquisa têm em comum a história indígena, consistem em três pesquisas, uma em nível de mestrado (concluído em 2021) e duas em níveis de doutorado (em andamento), ambos dentro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC).

Compreendemos que diante da situação pandêmica, fizemos o possível em meio ao contexto pandêmico e das medidas de isolamento resultantes do contexto, entre reuniões online nas orientações e busca de soluções com nossos parceiros de pesquisa, surgiu assim, a oportunidade do uso das mídias e plataformas digitais para podermos nos socializar.

Em nossas pesquisas sobre história indígena dialogamos com diversas formas de análises sobre os povos indígenas, que vão desde o olhar para questões do tema dentro de uma formação de professores não indígenas (no qual se faz valer a Lei nº 11.645/2008), como também, no olhar intercultural crítico, estando em diálogo com os povos Guarani e Kaingang⁸ em Santa Catarina, resultando na construção de pontes entre realidades culturais, religiosas e educacionais.

Portanto, esse trabalho tem como objetivo dialogar com três pesquisas: duas em nível de doutorado e uma em nível de mestrado que envolvem as articulações e o desenvolvimento durante o período da pandemia da Covid-19 e o povo Guarani e Kaingang e a formação de professores de história a partir da perspectiva da história indígena no Profhistória⁹.

⁸ Em Santa Catarina, segundo Clovis Antonio Brighenti (2012, p. 39) o total da população indígena que residem em Terras Indígenas (TIs) conforme dados da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA-2010) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI-2011) eram de 10.639, divididos entre os povos Laklãnõ/Xokleng; Guarani e Kaingang. Os Guarani pertencem ao tronco linguístico Tupi e a família linguística Tupi Guarani, sendo classificados de Mbya e Nhandeva/Xíripa, sendo que ocupam atualmente principalmente a região litorânea do estado. Os Kaingang divididos entre dois grupos Kamé e Kairu e os Laklãnõ/Xokleng chegam pertence ao tronco linguístico Macro-Jê, porém possuem diferenças culturais e são distribuídos nos territórios do estado de forma diferente. Os Kaingang em terras altas e Laklãnõ/Xokleng em terras de região intermediária e planalto. Lembrando que a configuração nos quais eles ocupam atualmente, não condizem com a extensão territorial de suas terras tradicionais, a presença dos não indígenas e ações colonizadoras produziram a redução desses territórios e suas organizações. São três povos indígenas que habitam o estado de Santa Catarina e que possuem especificidades sociais e culturais, que os distinguem uns dos outros.

⁹ O mestrado profissional em Ensino de História (Profhistória) é um projeto que teve início em 2012 a partir de um grupo de professores do estado do Rio de Janeiro juntamente com Capes, e tinha como meta a criação do curso de mestrado profissional para professores da educação básica que atuam nas redes públicas de ensino. Tendo a sua primeira turma aprovada no ano de 2014 com 144 matriculados e teve a parceria de 12 universidades

Diante de tantas incertezas e no estado de alerta, o cenário global foi modificado, assim como nossas experiências como pós-graduandos. Descrevemos esses momentos desafiadores, que envolvem a saúde física, a psicológica da população e as alternativas que tivemos que nos apropriarmos para dar andamento às nossas pesquisas, como também, relataremos experiências de pesquisas históricas e uso das tecnologias que serão detalhadas nos próximos três subtítulos.

Metodologia

A metodologia utilizada para elaboração foi a análise de dados, leis, bibliografias e relato de experiências de pesquisas, nos quais selecionamos alguns artigos, livros e dissertações que nos ajudam a tecer um panorama sobre os temas sobre tecnologias digitais: Freitas e Pereira (2021); impactos da Covid-19: Cruz, et al. (2020), Carvalho, Morais e Brito (2020), BIAZI e BUBA (2023); pesquisa histórica: Cavalcante (2011), Certeau (1996); história indígena: CUNHA (1992), Kayapó (2021); Baniwa (2012), Assumpção (2021), Buba (2020); História Oral: Thompson (2002) e o ensino de história indígena e o Profhistória: Silva (2021).

Na descrição de nossas pesquisas foi importante ressaltar a metodologia da história oral que foi de total importância para elaboração da escrita e andamento da pesquisa. Para a história oral, o contato aconteceu em diversas formas, presencial antes da Covid-19 e durante a pandemia de forma online, a partir do uso do *Whatsapp*, aplicativos para reuniões online como o *Google Meet*, redes sociais como Instagram e *Facebook*. O uso desses aplicativos foi essencial para ter um contato constante com os interlocutores da pesquisa.

Os resultados deste artigo serão apresentados a partir dos relatos de experiência de pesquisas fundamentadas em três temas norteadores de pesquisa: história indígena na formação de professores; história, memória Guarani na escola; religiosidades e as igrejas no contexto Kaingang.

O referencial teórico se ancora no campo da História Indígena, que nas últimas décadas vêm propondo um debate a partir dos autores indígenas e do protagonismo dos povos originários em nossa história. Nesse sentido, a discussão parte de autores como Gersem

Baniwa, Clovis Antonio Brighenti, Edson Kayapó, Manuela Carneiro da Cunha e Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

Fundamentação teórica

A história indígena e o Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória)

A pesquisa de doutorado desenvolvida por Kerollainy Rosa Schütz, intitulada “A história indígena e a constituição do saber histórico-escolar: uma análise da primeira turma do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) na perspectiva da Lei 11.645/2008” teve o intuito de pensar as perspectivas do ensino de história indígena na prática de professores de História em todo o Brasil. Vigente desde 2016, o Profhistória se configura como um mestrado profissional, de modo que somente docentes atuantes em sala de aula podem ingressar no programa. Assim, toda a produção teórico-metodológica desses professores-pesquisadores está pautada na prática de sala de aula, proposta que é sustentada pelo próprio currículo do programa, através da chamada dimensão propositiva.

Assim, segundo Mônica Martins da Silva, docente do ProfHistória da UFSC, a dimensão propositiva pode ser pensada da seguinte forma:

A dimensão propositiva como aspecto que demarca a especificidade das pesquisas em mestrados profissionais, geralmente está associada ao desenvolvimento de investigações aplicadas à solução de problemas e que possam ter impacto no espaço de atuação profissional do mestrando. Essa dimensão é interpretada e desenvolvida no Profhistória de distintas maneiras, o que permitiu a construção de um amplo repertório que pode ser identificado no vasto conjunto de dissertações já defendidas, mas sobre o qual ainda há poucos consensos (SILVA, 2021, p. 6).

Partindo deste princípio, outro aspecto que demarca a prática de pesquisa no Profhistória é que o seu formato, além de escrito, que é a dissertação em si, pode vir contemplado por outros materiais, como jogos, oficinas e audiovisuais. Mas a questão é que, independentemente do formato que a dissertação venha a assumir, se associada ou não a outros materiais de autoria do professor, o seu desenvolvimento ocorra no sentido de propor não só uma reflexão teórica, mas também na prática da escola.

Considerando estes aspectos, a citada pesquisa de doutorado parte da análise das dissertações e materiais construídos pela primeira turma de professores do Profhistória, com

foco nas pesquisas voltadas especificamente à temática indígena e a Lei 11.645/2008, totalizando 09 dissertações defendidas em diferentes universidades públicas de todo o Brasil.

Iniciada no ano de 2019, esta pesquisa foi inaugurada antes do despontar da pandemia da covid-19, que teve seus primeiros registros médicos no segundo semestre de 2019, na China, e tomou proporções mundiais poucos meses depois. Logo em seguida, dada a passagem de todas as atividades acadêmicas para o formato remoto, muitas adequações tiveram de ser feitas para que a pesquisa tivesse seguimento. Uma das adequações foi o contato com os professores autores das pesquisas analisadas. Se inicialmente, no projeto de doutorado, a ideia era conhecer ao menos alguns desses professores pessoalmente, aprofundando o diálogo sobre as suas pesquisas, esses contatos tiveram de ser realizados totalmente online.

Nesse sentido, além dos e-mails, os aplicativos de contato, como *Whatsapp*, foram fundamentais para estabelecer o contato inicial com esses professores, dado a preferências de alguns deles de se comunicarem por essa rede. Porém, o *Whatsapp* foi utilizado para contatos iniciais, de modo que conversas mais longas, que aprofundaram o diálogo com as pesquisas, foram desenvolvidas pela plataforma *Google Meet*. É interessante mencionar que antes da pandemia minha experiência com tais plataformas de videoconferência foram escassas. A partir de então, encerradas as possibilidades de contato físico, a necessidade de resiliência na pesquisa e de aprofundar teórica e metodologicamente a tese, fizeram com que rapidamente nos adaptássemos a essa nova realidade.

Assim, a pesquisa realizou uma série de entrevistas com professores de História de diferentes regiões do Brasil, com todos os professores contatados, que se disponibilizaram abertamente a colaborar com a pesquisa no formato remoto. Entendo que a confiança entre pesquisadores e a consciência da importância da continuidade da ciência histórica durante a pandemia foi fundamental, em especial no Brasil, que vinha passando por um contexto de ataque às universidades e as ciências humanas. Apesar de todas as dificuldades e desafios que passamos, é importante destacar que a pandemia, ainda que de forma abrupta e em um momento sensível, obrigou os pesquisadores das ciências humanas a abrirem-se para as tecnologias de comunicação.

Pesquisa em contexto de Pandemia com o tema: Igrejas Evangélicas, religiosidades do povo Kaingang da Terra Indígena Xaçecó/SC

Outro exemplo que podemos citar é a pesquisa de doutorado, de Nathan Marcos Buba, intitulada “O trânsito religioso e a religiosidade entre pastores, *kujás* e padres: o caso da Terra Indígena Xaçecó/SC”. O estudo tem como objetivo analisar o crescimento das igrejas evangélicas entre os Kaingang que habitam a terra indígena mais populosa do sul do país.¹⁰ Conjuntamente, a pesquisa busca compreender como o crescimento dessas igrejas acabam modificando as estruturas de poder na comunidade, como também a cosmologia do povo Kaingang¹¹.

Para a realização da pesquisa, a metodologia da etno-história tem um ponto fundamental, já que ela proporciona um método interdisciplinar de pesquisa, rompendo as separações que havia anteriormente entre as diversas áreas de conhecimento, como ocorria por exemplo, entre História, Sociologia e Antropologia. Thiago Leandro Vieira Cavalcante destaca a etno-história como o “melhor caminho para se compreender os povos de cultura não ocidentais a partir de uma perspectiva histórica” (CALVACANTE, 2011, p. 359). Isso ocorre também, porque a etno-história proporciona aos pesquisadores o uso de diferentes tipos de fontes como os documentos oficiais, fontes orais, iconográficas, fontes arqueológicas e demais documentações.

Como a pesquisa sobre a presença dos evangélicos na TI Xaçecó se encaixa como História do tempo presente, a metodologia da etno-história e as diversas opções de fontes que ela proporciona torna-se fundamental para melhor compreensão do tema, já que é possível interagir diretamente com os protagonistas da pesquisa. Dessa forma, um caminho utilizado para o estudo foi a realização de entrevistas com pastores e com demais pertencentes às igrejas evangélicas, de acordo com a metodologia da História Oral.

De acordo com Paul Thompson, a metodologia da História oral “pode resultar não apenas numa mudança de enfoque, mas também na abertura de novas áreas importantes de investigação” (THOMPSON, 2002, p. 27). No campo da História Indígena, isso pode ser

¹⁰ A Terra Indígena Xaçecó está localizada na região oeste de Santa Catarina, entre os municípios de Ipuçu e Entre Rios. Clovis Antonio Brighenti ao cruzar dados do SESAI E FUNAI no ano de 2012, estimou que a população da TI Xaçecó seria de 5.216 indígenas, sendo 5.105 pertencentes ao povo Kaingang e 111 ao povo Guarani. Atualmente essa área é dividida em 16 aldeias e chefiadas por um cacique e vice cacique, que são eleitos a cada 4 anos. (NÖTZOLD; ROSA; BRINGMANN, 2012)

¹¹ No ano de 2016, havia no interior da Terra Indígena Xaçecó 38 igrejas evangélicas. Também foi constatado que aproximadamente 60% da população da área indígena se identificava como pertencentes a essas congregações. BUBA, 2020).

fundamental, haja vista, que por muito tempo, a historiografia desconsiderou as narrativas dessas populações, focando exclusivamente nas fontes “oficiais”, principalmente em documentações escritas. Conjuntamente, a pesquisa faz uso do caderno de campo, já que muitas informações relevantes para a pesquisa, podem não estar em documentos escritos, ou nos áudios das entrevistas, mas em situações singulares nas saídas de campo.

Essas são as principais metodologias de uma pesquisa que foi aprovada no processo de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina no processo seletivo de 2019. Dessa forma, a pesquisa oficialmente começou em março de 2020, logo após os primeiros casos da COVID-19 serem confirmados no Brasil. Após duas aulas presenciais, as aulas foram canceladas e muitas pessoas e setores começaram a adotar medidas restritivas.

Isso ocorreu também entre os Kaingang da TI Xaçecó. Muitos indígenas do local trabalham fora da área indígena, principalmente nos frigoríficos da região, indo e voltando todos os dias, por meio de ônibus fornecidos pelas empresas. Por conta disso, os primeiros casos de COVID-19 entre os Kaingang ocorreram também nos primeiros meses de 2020. Uma das medidas para frear os casos tomadas pelo cacique do período, Gentil Belino, foi fechar a Terra Indígena para pessoas não autorizadas, restringindo apenas para serviços essenciais. Dessa forma, durante a pandemia, foi impossível realizar as saídas de campo propostas no projeto de pesquisa.

Entretanto, novas hipóteses surgiram. As igrejas evangélicas também ficaram impossibilitadas de realizar seus cultos de modo presencial, sendo necessária uma readaptação para atingir seus fiéis. Nos últimos anos, foi possível constatar um grande crescimento do número de Kaingang utilizando *smartphones* e com acesso à internet. Sendo assim, muitas igrejas utilizaram os meios digitais para realizar suas práticas, seja por meio de grupos de *WhatsApp* ou transmissão ao vivo dos cultos no *Facebook* e *Instagram*.¹²

Isso gerou uma nova problemática para a pesquisa, já que uma nova ferramenta estava sendo utilizada para as práticas evangélicas. Em meio às limitações da pandemia, foi possível verificar esse novo cenário e compreender também os seus aspectos positivos e negativos. Como ocorreu em todo país, muitos grupos de *WhatsApp* e outras redes sociais foram um foco de propagação de *fake news* e narrativas negacionistas sobre a pandemia. Isso ocorreu

¹² Outro modo utilizado foi por meio de uma rádio feita pelos Kaingang evangélicos para realizar o seu culto. Essa rádio tem a frequência da estação em 88.0 MHz e a sua programação é um revezamento dos pastores indígenas da TI Xaçecó.

também nos grupos das igrejas evangélicas dos Kaingang da TI Xaçepó, onde surgiram sugestões de tratamento precoce para a COVID-19 sem comprovação científica e narrativas que contestavam a eficácia das vacinas. Foi com base nesse contexto que surgiu o artigo feito em conjunto com a Kaingang Adriana Aparecida Belino de Biazi, intitulado como: OS KAINGANG E A PANDEMIA DE COVID-19: o caso da terra indígena Xaçepó/SC, publicado na revista TEKOA/UNILA no dossiê “Resistências indígenas no ano em que o mundo parou, 2020”. (BIAZI; BUBA, 2023).¹³

Uma saída de campo, só foi possível ser feita ao final de 2021, quando as duas doses da vacina foram tomadas por boa parte da TI Xaçepó e pelo pesquisador. Para isso, foi necessária a autorização do cacique e uso de máscaras e distanciamento social para a realização das entrevistas, que também eram realizadas em espaços abertos e arejados.

Mesmo após o final da pandemia, não é possível dissociá-la da pesquisa, não só porque boa parte dela foi realizada no contexto pandêmico, mas também pelas transformações que ela causou na comunicação e interação entre os Kaingang, apressando o processo de pessoas conectadas à internet. Mesmo após a volta dos cultos presenciais, os métodos utilizados durante a pandemia, como a interação em redes sociais permaneceram, ficando a cargo do pesquisador analisar esse fenômeno. Como destaca Michel de Certeau, a escrita da história é sempre uma interpretação e uma construção. Dessa forma, o historiador tem que lidar com várias questões, como o contexto, a seleção e organização das fontes (CERTEAU, 1996).

A História e a Memórias Guarani na escola e as implicações de pesquisa

A terceira experiência se deu em nível de mestrado na área da História (2019-2021), sob o título da dissertação de Jéssica Lícia da Assumpção: “O ensino da história, dos mitos e das memórias do povo Guarani na Escola Indígena de Educação Básica Wherá Tupã Poty Djá”.¹⁴ A proposta se alicerçou na pesquisa de campo em conjunto com os Guarani da Terra Indígena M’biguaçu que fica no município de Biguaçu em Santa Catarina (ASSUMPÇÃO, 2021).

¹³ Mais informações em: <https://revistas.unila.edu.br/tekoa/article/view/3708/3410>. Acesso em 29 de jul de 2023.

¹⁴ Acesso a versão digital: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229236/PHST0727-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>

O objetivo da pesquisa foi a compreensão de como a história (mitos) e a memória estavam sendo trabalhadas dentro da perspectiva da educação tradicional e escolar a partir das ações dos professores da Escola Indígena de Educação Básica Wherá Tupã Poty Djá.¹⁵ Os objetivos específicos evidenciaram as formas de ensino e aprendizado sobre a história, mitos e as memórias do povo Guarani na escola a partir do registro das metodologias de ensino, das falas dos colaboradores sobre suas experiências por meio da entrevista que foram transcritas.

Para contemplar tais objetivos foram necessários: a compreensão do que era ser Guarani, seus costumes, suas cosmológicas, vivências e significados educacionais. O tema traz para si o desafio, pois era necessário compreender a formação e construção histórica indígena e a diferenciação entre a educação tradicional e educação escolar. Tal trabalho só foi possível a partir da colaboração de três professores Guarani que ao longo da pesquisa trouxeram reflexões importantíssimas sobre a sua cultura. Além disso, foi necessário diferenciar a educação tradicional que se efetiva através da formação individual e coletiva dentro da comunidade/aldeia e estabelecesse o diálogo constantes com os mais velhos e engloba a cotidiano, a língua materna, oralidade, cosmologias, mitos, danças, rituais, os saberes ancestrais, da educação escolar (ASSUMPCÃO, 2021).

O conhecimento e a sabedoria Guarani são transmitidos através da oralidade por meio do fogo sagrado, que é fonte da tradição Guarani. O livro organizado por Ana Nötzold e Helena Rosa apresenta uma explicação sobre o fogo sagrada para o povo Guarani com a autoria de Wanderlei Cardoso Moreira que diz: “essa tradição, na visão dos antigos anciões Guarani, tem como propósito principal, a evolução integral do universo e de todos os seres” (2011, p. 10). O aprendizado e a instrução espiritual acontecem na *Opy* (casa de reza) e através do *Petynguá* (cachimbo sagrado). É na *Opy* que a formação do ser Guarani ocorre, experiências e atividades ritualísticas acontecem, assim como o conhecimento sobre as histórias e lá acontece a educação tradicional. A *Opy* é primeira escola Guarani.

A educação escolar foi estabelecida historicamente pela imposição do colonizador através da igreja cristã e posteriormente do Estado. A implantação das primeiras escolas em território indígena no Brasil foi sob o empreendimento colonial, impondo a forma europeia de

¹⁵ A escola foi fundada em 1998 e leva em seu nome a homenagem aos anciões seu Alcindo Wherá Tupã Moreira e dona Rosa Poty Djá (falecida), com a proposta de educação intercultural, diferenciada, específica, bilíngue e comunitária, que veio da conquista dos direitos a partir da Constituição Federal de 1988. A escola atende estudantes do ensino fundamental I ao ensino médio/profissionalizante. Sendo que a minha pesquisa ficou na observação da didática e metodologia dos professores Guarani das turmas do ensino fundamental II e ensino médio.

produzirem e reproduzirem conhecimento. “O modelo de escola convencional trazida e implantada pelos portugueses é totalmente estranho às culturas indígenas, mas aos poucos foi sendo necessária para a vida pós-contato” (BANIWA, 2012, p. 71). A busca pelos direitos dos povos indígenas gerou a criação da proposta de uma educação intercultural, bilíngue, diferenciada que visa a busca pressupostos metodológicos distintos para interação com universo sociocultural específico de cada povo.

Em meio a todos esses processos de compreensão do projeto, articulação e desenvolvimento das parcerias com os professores Guarani, iniciei a observação participativa das atividades da escola e no diálogo com a comunidade, estudantes, professores e profissionais que trabalhavam em todos os segmentos da escola Guarani através da pesquisa de campo.

A pesquisa de fato teve início no final de agosto de 2019, após as cerimônias da cultura Guarani, que fazem parte do calendário escolar e do Projeto Político Pedagógico da escola. Durante esse processo, registrei as informações no caderno de campo, tirei fotos, gravei entrevista que foram autorizadas pelos interlocutores e participantes da pesquisa que trabalharam com as questões culturais, históricas, narrativas orais e importância do conhecimento dos mais velhos.

No decorrer do tempo de pesquisa de campo na escola, tive alguns desafios, como realizar a pesquisa em meio a reforma da escola Guarani, no qual os professores tiveram que articular e planejar suas aulas de forma diferente e conjunta. Nesse caso, precisei estabelecer dias específicos para acompanhamento das atividades somente dos professores que autorizaram a sua participação na pesquisa.

A pesquisa de campo durou quatro meses, diante dos registros de atividade no qual trago dentro da dissertação sob três subtópicos: a busca da visão e a dança do *tchondaro* que representa atividade cultural, religiosa e educacional do povo Guarani; histórias e formas educacionais e religiosas sobre as histórias sobre o milho e por fim a arte como forma de expressar os mitos Guarani que são a história ancestral e a memória viva dos Guarani.

Porém, no processo final que tinha previsão para iniciar nos primeiros meses de 2020 foram interrompidos com fechamento das escolas e da entrada de pessoas externas à comunidade/aldeia devido às medidas preventivas e sanitárias por causa da Covid-19. Foram momentos de apreensão da minha parte, como de escrever uma dissertação que é baseada no conhecimento das experiências e memórias produzidas na escola e na comunidade indígena.

Eu tinha um bom material, mas precisava de compreensão maior, pois aprender e ter o entendimento sobre educação, cultura, histórias e espiritualidade Guarani requer mais tempo.

Tais questões me trouxeram inquietações, pois para a conclusão do trabalho de pesquisa de campo era necessário esse entendimento e diálogo constante. Com a impossibilidade de ir até escola para continuar o processo, foram necessários longos diálogos por meio de conversas pelo *Whatsapp*, acompanhamento das atividades híbridas da escola via página no *Facebook* e registros dos professores via fotos do Instagram.

Foram mais de um ano entre contato *online*, revisão, e leitura da dissertação feita pela orientadora e pelos professores Guarani antes de ir para qualificação e banca de defesa. Foi acordado desde o início que a escrita seria compartilhada com eles, porque o mais importante que fazer uma pesquisa histórica é a relevância que deve ter para comunidade e a escola Guarani, antes de tudo deveria ser aprovada por eles.

Considerações finais

Ao nos depararmos com os desafios da pandemia da Covid-19 como estudantes da pós-graduação em história da Universidade Federal de Santa Catarina tivemos que buscar possibilidades para continuar a desenvolver as nossas pesquisas, diante do isolamento social, e a dificuldade de nos comunicar com os nossos interlocutores para solucionar dúvidas marcar encontros presenciais, ou entrevistas *online* com os sujeitos da pesquisa. Com isso, tivemos que nos apropriar das ferramentas e das tecnologias digitais assim como *Whatsapp*, *Google Meet*, as redes sociais como Instagram e *Facebook*.

Portanto, o intuito do artigo foi socializar as experiências nos quais passamos ao trabalhar com a história indígena e os desafios de fazer uma pesquisa histórica com novas metodologias e estratégias ao se trabalhar com ensino de história indígena e com a história do povo Guarani e do povo Kaingang de Santa Catarina.

Os temas de pesquisas requerem constantemente o diálogo e articulação com os conhecimentos culturais que são diferentes dos nossos. Sendo assim, buscar esse envolvimento não foi tarefa fácil diante de todas as questões que envolve a saúde pública, mental e barreiras entre as realidades sociais que dificultam a utilização da internet, o distanciamento social e os cuidados na pesquisa de campo. Entretanto, o comprometimento dos sujeitos da pesquisa foi fundamental para esse processo do fazer-se pesquisador.

Agradecimentos

O presente trabalho envolve duas pesquisas em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). E uma pesquisa em nível de doutorado teve o apoio da Secretaria do Estado de Educação de Santa Catarina (Bolsa- UNIEDU).

Referências

ASSUMPCÃO, Jéssica Lícia da. 2021. **O Ensino da História dos mitos e das memórias Guarani na Escola de Educação Básica Wherá Tupã Poty Djá**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

BANIWA, Gersen. Os desafios da educação indígena intercultural no Brasil: avanços e limites na construção de políticas públicas. In: NÖTZOLD; ROSA; BRINGMANN (Orgs.). **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012, p. 69-88.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Lei 11.645/2008. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 10 de março de 2008.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da lei n. 11.645/2008. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo de Desenvolvimento da Educação.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (Orgs.). **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012, p. 37-65.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Terras Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (Orgs.). **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012. P.255-277.

BUBA, Nathan Marcos. **Uma Terra Indígena Encantada: ressignificação das práticas religiosas em nome de São João Maria entre os Kaingang do Xaçecó/SC**. 2020. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

BUBA, Nathan Marcos; BIAZI, Adriana Aparecida Belino Padilha de. Os Kaingang e a Pandemia de Covid-19: o caso da terra indígena Xaçecó. **TEKOA**, vol.3, ano 2023, p.1-18.

CARVALHO, Genyvana C.G.C. Garcia; MORAIS, Ivonalda B. de Almeida; BRITO, Maria do Carmo. Os desafios da Gestão Educacional em tempos de pandemia da Covid-19. **South American Development Society Journal**, v.6, n.18, p.191, dez, 2020.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História, São Paulo**, v. 30, n. 1, p. 349 – 371, jan/jun. 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

CRUZ, Roberto Moraes et al. COVID-19: emergência e impactos na saúde e no trabalho. **Psicol., Organ. Trab. [online]**. 2020, vol.20, n.2, pp. I-III. ISSN 1984-6657.

CUNHA, Manuela Caneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura- FAPESP, 1992.

FREITAS, Izis. P. T. D. de, & PEREIRA, Nallyne. C. N. (2021). Ensino de História: o uso das tecnologias digitais no desenvolvimento da aprendizagem histórica. **Ensino em Perspectivas**, 2(2), 1–16, 2021. Link: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoem perspectivas/article/view/4947>

KAYAPÓ, Edson. O silêncio que faz ecoar as vozes indígenas. IN: CESCO, Susana; MAGALHÃES, Aline Montenegro et. al. (Orgs). **Ensino de História: reflexão e práticas decoloniais**. Porto Alegre, RS: Editora Letral, 2021. p. 39-54.

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA. Catálogo de disciplinas ProfHistória. 2019.

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA. Exame Nacional de Acesso 2020 (edital). Rio de Janeiro, 2020.

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA. Regimento Geral do ProfHistória.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini (Orgs.). **História e cultura Guarani: Escola de Educação Básica Wherá Tupã Poty Djá**. Florianópolis: Pandion, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005.

SILVA, Mônica Martins da. A formação docente no ProfHistória: reflexões tramadas em experiências de compartilhamento de saberes. **Revista Palavras ABEHrtas**, n. 0, jun. 2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.27.

Recebido em: 31 de julho de 2023

Aceito em: 31 de outubro de 2023
